

CMIRELATÓRIO

Monitoria e Avaliação da Estratégia de Redução da
Pobreza (PARPA) de Moçambique 2006-2008

Uma Sinopse de Três Estudos Qualitativos
sobre a Pobreza Rural e Urbana

Inge Tvedten
Margarida Paulo
Carmeliza Rosário

Tradução do Relatório R 2009: 5

Monitoria e Avaliação da
Estratégia de Redução da Pobreza (PARPA)
de Moçambique
2006-2008

Uma Sinopse de Três Estudos
Qualitativos sobre a Pobreza
Rural e Urbana

Inge Tvedten (CMI)
Margarida Paulo (UEM)
Carmeliza Rosário (AustralCowi)

R 2009: 5

Relatórios CMI

Esta série pode ser encomendada a:

Chr. Michelsen Institute

P.O. Box 6033 Postterminalen,

N-5892 Bergen, Norway

Tel: + 47 55 57 40 00

Fax: + 47 55 57 41 66

E-mail: cmi@cmi.no

www.cmi.no

Preço: NOK 50

Versão impressa: ISBN 978-82-8062-343-0

Versão electrónica: ISBN 978-82-8062-344-7

Este relatório está também disponível em:

www.cmi.no/publications

Termos indexados

Moçambique

Pobreza

Número do projecto

27042

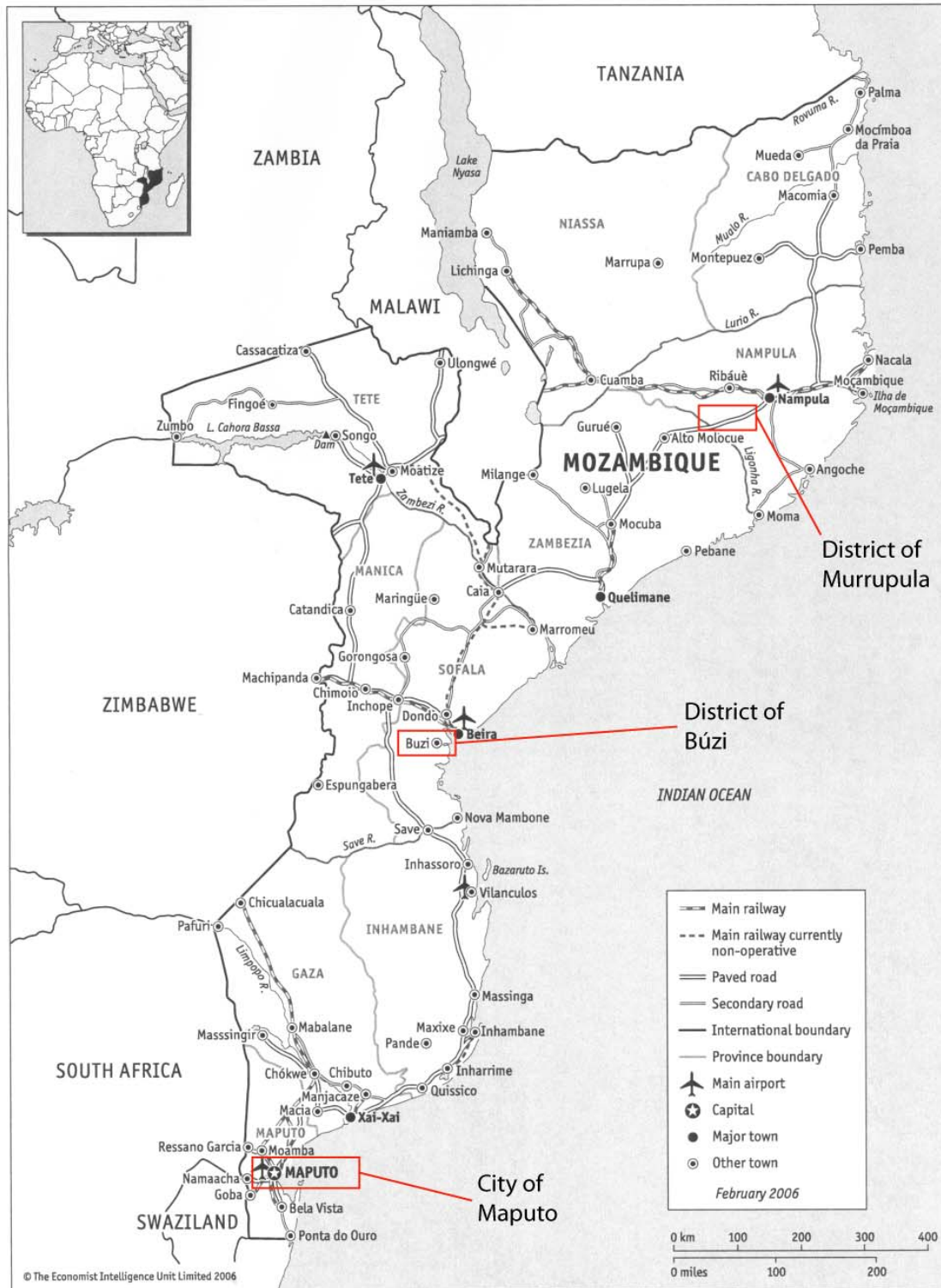
Título do projecto

Estudos qualitativos sobre a pobreza em Moçambique 2006-2011

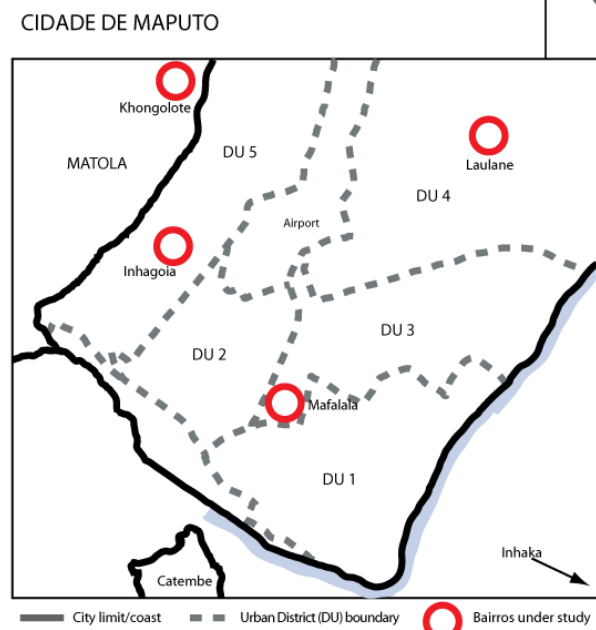
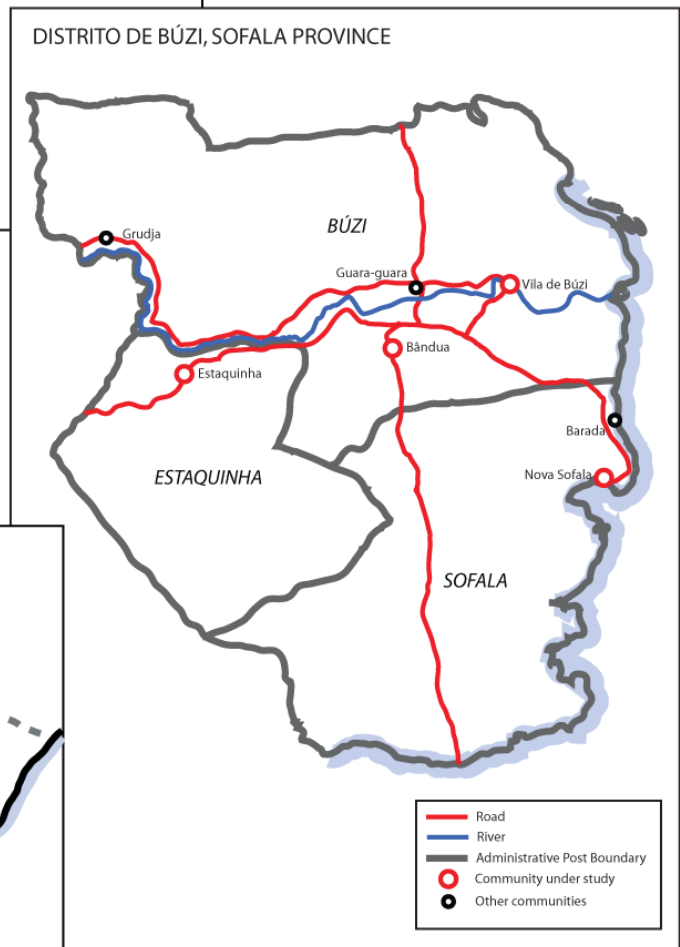
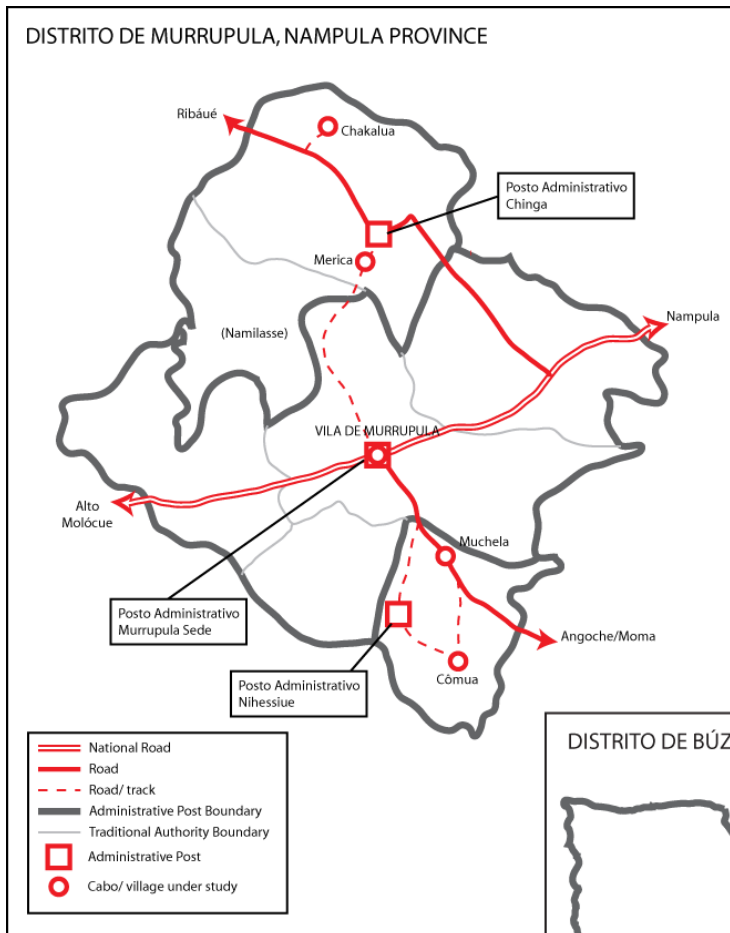
Índice

1. Introdução	1
2. Quadro Analítico e Metodologias	2
3. Influências Estruturais	3
4. Administração Distrital e Governança.....	5
5. Expressões Quantitativas de Pobreza e Bem Estar	10
6. Relações Sociais de Pobreza e Bem estar	17
7. Conclusões e Implicações para a Política.....	22
Lista de Literatura.....	25

Mapa 1. Moçambique e Localização do Projecto



Fonte: Unidade de Informação Económica



1. Introdução

O Governo de Moçambique estabeleceu por si próprio objectivos ambiciosos para a sua política de redução da pobreza, conforme expresso no PARPA I (2001-2005) e PARPA II (2006-2010) (GdM 2001 e 2005). Com uma redução na contagem de pobreza de 69% em 1996/97 para 54% em 2002/03, a política já produziu resultados positivos – embora de um ponto de partida muito baixo: Moçambique é ainda o quinto país mais pobre do mundo em termos de desenvolvimento humano (PNUD 2008). É ainda incerto até que ponto o governo atingirá o seu objectivo de uma redução adicional da contagem de pobreza para 45% em 2010. O PARPA está estruturado à volta de três pilares temáticos – governação, desenvolvimento económico e capital humano – e um pilar transversal incluindo ambiente, género e HIV/SIDA. A implementação da política é acompanhada por um esforço significativo de monitoria e avaliação por parte do Ministério do Plano e Desenvolvimento (MPD), apoiado por vários estudos quantitativos em curso (ver e.g. INE 2005 e 2007) e culminando com o terceiro Inquérito Nacional aos Agregados Familiares e Despesa a realizar em 2009.¹

Pesquisa Qualitativa. Para complementar estes esforços, o governo tem explicitamente apelado por pesquisa qualitativa para olhar para a organização social aos níveis de comunidades e agregados familiares; para as percepções das pessoas pobres sobre a sua própria pobreza e bem estar; e para as suas estratégias para enfrentar a sua situação e melhorar as suas vidas. Esta sinopse resume as principais lições aprendidas nos três primeiros (de uma série de seis) estudos feitos em cooperação com o MPD.² Os estudos foram realizados no distrito de Murrupula na Província de Nampula (Tvedten, Paulo e Rosário 2006); em quatro bairros na capital Maputo (Paulo, Rosário e Tvedten 2007); e no distrito de Buzi na Província de Sofala (Rosário, Tvedten e Paulo 2008), usando uma combinação de inquéritos e metodologias qualitativas adaptados.³ As mesmas áreas serão novamente visitadas após um período de três anos para comprovar as implicações nas comunidades e agregados familiares das políticas e intervenções do governo para a redução da pobreza (i.e. em 2009, 2010 e 2011 respectivamente).

Objectivo. O objectivo desta sinopse é facilitar as discussões entre o governo, organizações da sociedade civil, doadores e outros parceiros nos esforços de Moçambique para reduzir a pobreza e, mais especificamente, contribuir para o Relatório de Avaliação de Impacto (RAI) que será realizado em 2009. Centrar-nos-emos nas nossas principais constatações e conclusões preliminares, e evitaremos, na medida do possível, repetir dados constantes dos relatórios originais para facilitar a acessibilidade. As discussões relacionadas com a sinopse serão também usadas para depois identificar os tópicos e abordagens mais relevantes para os três estudos finais, a fim de assegurar a sua máxima utilidade para o programa de monitoria e avaliação do governo.

Conteúdo. A sinopse divide-se em seis partes a seguir a esta Introdução. No Capítulo 2 resumimos o quadro analítico e as abordagens metodológicas dos estudos. No Capítulo 3 apresentamos o que identificamos como aspectos da economia política de Moçambique com particular impacto sobre a situação nas comunidades locais. No Capítulo 4 analisamos as principais características do contexto

¹ O primeiro IAF foi realizado em 1996/97 (INE 1998), o segundo em 2002/03 (INE 2004) e o terceiro será levado a cabo em 2009/2010.

² Os relatórios são publicados como Relatórios CMI em Inglês e Português (www.cmi.no); como Documentos de Trabalho na página do MPD na internet (www.mpd.mz), e na página da Southern African Research no Poverty na internet (www.sarpn.org.za). Todos os relatórios estão também disponíveis em forma abreviada como CMI (www.cmi.no).

³ As áreas foram seleccionadas em cooperação com o MPD, com o objectivo de abranger diferentes áreas geográficas (norte, sul, centro) e diferentes configurações sócio-económicas (rurais, urbanas, rurais-urbanas).

político ao nível dos distritos, através das quais é implementada a redução da pobreza. No Capítulo 5 apresentamos as principais constatações dos inquéritos adaptados que realizámos, com enfoque nas similaridades e diferenças entre as três áreas de estudo. No Capítulo 6 avaliamos o resultado das nossas abordagens qualitativas e participativas para a nossa análise. E finalmente, no Capítulo 7, apresentamos conclusões e recomendações preliminares dos primeiros três estudos e delineamos a abordagem para os três estudos seguintes.

2. Quadro Analítico e Metodologias

O desafio para qualquer esforço de redução da pobreza é captar as complexas inter-relações entre desenvolvimentos históricos, processos estruturais globais e relações sociais e percepções culturais das próprias pessoas pobres – a fim de desenhar formas eficazes e relevantes para reduzir a pobreza. Os paradigmas hegemónicos no mundo do desenvolvimento e redução da pobreza mudaram radicalmente as últimas décadas, passando de intervenções directas para apoiar os pobres, através de programas e projectos individuais da base para o topo nos anos 1980; para um enfoque do topo para a base nos ajustamentos estruturais, principalmente de parâmetros macro-económicos, nos anos 1990; e para o enfoque actual numa combinação de boa governação e valorização do capital humano. O paradigma actual é essencialmente neo-liberal, baseado na noção de que o desenvolvimento económico com uma base alargada ‘gotejará’ até aos pobres e que o apoio aos sectores sociais (educação e saúde) melhorará as suas opções de se relacionarem construtivamente com esse desenvolvimento.

Definição de Pobreza. O nosso ponto de partida é uma noção de pobreza como uma condição multifacetada que tem três dimensões principais: uma é a falta de rendimento e bens para atender às necessidades básicas na forma de comida, roupa e abrigo (aliviada através de uma combinação de *oportunidades* acrescidas e uma *capacidade* aumentada de capitalizar oportunidades disponíveis); a segunda é um sentimento de não ter voz nem poder em relação às instituições da sociedade e do estado (aliviado através de um maior *empoderamento*); e a terceira é a vulnerabilidade aos choques adversos, ligada com a capacidade de os enfrentar através de relações sociais e das instituições legais (aliviada através de *segurança* aumentada). Dito isto, tornou-se cada vez mais claro para nós que para os mais pobres e mais destituídos a pobreza está *basicamente* no acesso ao emprego e ao rendimento – e conseqüentemente na capacidade de satisfazer as necessidades básicas. Com condições materiais melhoradas, as pessoas pobres tornar-se-ão eventualmente menos sem poder e menos vulneráveis nas suas relações com a sua família alargada, a comunidade e o estado.

Quadro Analítico. O nosso quadro analítico baseia-se na assunção de que as forças estruturais contemporâneas – política, económica e cultural – têm um efeito poderoso sobre a acção humana e a forma dos acontecimentos – e que por isso a redução da pobreza necessita de mudanças nestas condições estruturais (Bourdieu 1990, Ortner 2006). Há também espaço para intervenção humana e vidas comuns, dado que as pessoas se relacionam com os constrangimentos e oportunidades estruturais o melhor que podem, a partir da posição em que se encontram. Todavia, o espaço de manobra ou as estratégias de sobrevivência alternativas é mais limitado para os pobres do que para os que estão em melhor situação: os primeiros são constrangidos pela sua própria pobreza material, estreitando a gama de investimentos alternativos para consumo futuro, assim como a gama de relações sociais, num contexto social crescentemente coisificado. E são constrangidos por aquilo a que Bourdieu chamou *habitus*, ou a personificação da opressão histórica e estrutural na forma de falta de educação, fraca saúde e uma mais estreita percepção sócio-cultural ou visão do mundo assentando em marginalização e exclusão de longo prazo. Para aliviar a pobreza, as políticas de redução da pobreza têm de relacioná-la com os constrangimentos estruturais aumentando as

oportunidades para os pobres e para o seu capital humano, a fim de os colocar em posição de responder a novas oportunidades.

Abordagens Metodológicas. A premissa básica na nossa abordagem metodológica é a importância de combinar técnicas quantitativas e qualitativas para monitoria e análise da pobreza. Moçambique está ricamente dotado com dados sobre a situação sócio-económica do país, recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e depois analisados pelo Ministério do Plano e Desenvolvimento (MPD) (ver e.g. DNPO 2004; Chiconela 2004) e organizações internacionais (ver e.g. UNICEF 2006; Banco Mundial 2007). O que fizemos foi levar estes dados connosco para os três locais no terreno (i.e. Nampula/Murrupula, Cidade de Maputo e Sofala/Buzi), a fim de os contextualizar e os complementar através da nossa própria pesquisa qualitativa e participativa. A potencial utilidade de uma tal abordagem é, de acordo com os economistas Kanbur e Schaffer (2007), “melhorar o desenho do inquérito aos agregados familiares; interpretar constatações contra-intuitivas ou surpreendentes dos inquéritos aos agregados familiares; explicar a razão que está por trás do comportamento observado; sugerir a direcção da causalidade; avaliar a validade dos resultados quantitativos; compreender melhor categorias conceptuais como trabalho, agregado familiar, etc.; facilitar a análise de categorias de diferenciação social localmente significativas; [e] fornecer uma dimensão dinâmica para dados excepcionais do inquérito aos agregados familiares”

Mais especificamente, os relatórios baseiam-se numa combinação de revisões de literatura sobre a economia política de Moçambique; entrevistas a parceiros chave no governo, municípios/distritos e comunidades; inquéritos adaptados aos agregados familiares com um enfoque particular nas relações sociais; e um conjunto de métodos participativos. Os métodos participativos incluem *histogramas* (para mapear processos e acontecimentos considerados particularmente importantes para as condições actuais sócio-económicas de bem estar e pobreza); *mapeamento comunitário* (mapear as instituições e pessoas consideradas mais importantes para relacionar com as condições contemporâneas de bem estar e pobreza); *classificação de riqueza* (para captar a percepção da própria comunidade sobre pobreza e bem estar e categorias de pobres e dos em melhor situação); diagramas de Venn (para identificar relações e redes sociais usadas pelas diferentes categorias de pobres e dos em melhor situação, como parte das suas estratégias de sobrevivência); e *análise das forças de impacto* (para captar percepções sobre as condições (políticas, económicas, sócio-culturais) que podem inibir ou acelerar a mudança e o desenvolvimento nas comunidades.

3. Influências Estruturais

Os pobres em Moçambique são susceptíveis a diversas influências externas históricas e estruturais, com as quais se têm de relacionar o melhor que podem com o capital político, económico e humano que têm ao seu dispor. Como argumentado acima, as influências estruturais não só ‘se abatem’ ao nível das comunidades locais e representam constrangimentos e oportunidades para a população local, como também são ‘personificadas’ no sentido de que têm implicações para as percepções das pessoas sobre si próprias e para as suas opções para melhorarem as suas vidas.⁴ Algumas das influências históricas e estruturais que identificámos nos nossos estudos são específicas de cada uma das três áreas: variam na extensão em que as políticas coloniais Portuguesas tiveram um impacto nas vidas das pessoas; no impacto das experiências socialistas pós independência da Frelimo; no impacto directo da guerra civil de 1980 a 1992; e no impacto das políticas de ajustamento estrutural do governo nos anos 1990. A vulnerabilidade das pessoas ao ambiente e

⁴ Uma das noções mais controversas nas ciências sociais é se as pessoas que foram sensíveis à opressão estrutural e à pobreza ao longo do tempo desenvolveram formas particulares de olhar para si próprias e para o mundo (na forma de uma ‘cultura de pobreza’) que em si próprias têm impacto sobre as suas estratégias de sobrevivência, perpetuando a sua pobreza.

calamidades naturais, como secas, ciclones e cheias, também variou entre as três localidades. Tudo isto foi usado como cenários importantes para compreender melhor a situação contemporânea nas comunidades em estudo.

Processos Externos. Identificámos também quatro condições externas que têm implicações directas na pobreza e bem estar em *todas* as áreas que estudámos. Uma é a situação macro-económica, onde demos particular atenção às implicações da subida de preços dos bens e serviços essenciais, que está a afectar seriamente a situação dos pobres. A segunda é o processo de urbanização, com condições estruturais em transformação não apenas para a crescente população urbana, mas também para as populações rurais que dependem cada vez mais do estabelecimento e manutenção de relações com as áreas urbanas. A terceira é o HIV/SIDA, que tem conduzido as suas vítimas ao sofrimento e à morte e tem tido implicações para as relações e estratégias de sobrevivência das pessoas. E a quarta é o género, com o sistema sócio-cultural altamente patriarcal de Moçambique a ter severas implicações para a pobreza e bem estar das mulheres e suas opções para melhorarem as suas vidas.⁵

O impacto destes processos históricos e estruturais sobre as condições de pobreza e bem estar nos três locais de estudo é provisoriamente indicado por dados quantitativos de Nampula, Maputo e Sofala.⁶ Um conjunto de dados refere-se às mudanças na contagem de pobreza nas três províncias. Como se vê na Tabela 1, Sofala viu melhorias significativas na incidência da pobreza (de 88% para 36%); Nampula viu uma melhoria geral mais pequena (de 69% para 53%); enquanto Maputo viu um aumento de incidência da pobreza de 48% para 54% – sublinhando a importância de referir a pobreza urbana em Moçambique, também por causa das suas repercussões rurais através das ligações urbano-rural. Ao mesmo tempo, a desigualdade global conforme medida pelo Coeficiente de Gini aumentou substancialmente em Maputo, embora tenha decrescido ligeiramente em Nampula e Sofala – indicando um desenvolvimento mais uniforme. Como veremos, estas tendências reflectem-se também nas áreas onde efectuámos os nossos estudos localizados.

Tabela 1. Contagem de Pobreza e Desigualdades, por Província

	Moçambique	Nampula	Cidade de Maputo	Sofala
POBREZA				
Pobreza em 1996/97	69.4	68.9	47.8	87.9
Pobreza em 2002/03	54.1	52.6	53.6	36.1
DESIGUALDADES				
Desigualdade em 1996/97	0.40	0.39	0.40	0.44
Desigualdade em 2002/03	0.42	0.36	0.52	0.43

Fonte: INE 2004; Fox et al. 2005.

⁵ Uma das principais fraquezas da análise quantitativa extraída dos dados do IAF é a sua limitada atenção aos quadros analíticos, que é necessária para que os dados quantitativos e a análise de regressão façam sentido. O Ministério do Plano e Desenvolvimento conclui que as três determinantes chave da pobreza em Moçambique são i) o baixo nível de educação nos agregados familiares; ii) o alto nível de dependência dentro do agregado familiar; e iii) o baixo rendimento das actividades económicas na agricultura e indústria, comparadas com o comércio e serviços (GdM 2005:23). Contudo, isto não diz muito acerca dos processos complexos que levam a estas conclusões, nem sobre as suas implicações para as intervenções de desenvolvimento.

⁶ Claro que as condições de pobreza e bem estar são *também* o resultado de processos e relações locais, e nós argumentámos consistentemente como um enfoque no local é essencial para compreender e explicar processos de diferenciação e marginalização dentro das comunidades. A questão é que *ambos* os tipos de análise são necessários para uma compreensão mais profunda da pobreza e bem estar em Moçambique (ver abaixo).

Indicadores Sócio-Económicos Básicos. Os processos históricos e estruturais podem também ser provisoriamente avaliados através de indicadores sócio-económicos básicos das três províncias. Como se vê na Tabela 2, as diferenças na contagem de pobreza baseada no consumo não estão directamente reflectidas nestes indicadores: para indicadores chave como educação e saúde, a população na Cidade de Maputo está consideravelmente em melhor situação do que a população de Sofala e Nampula – ao mesmo tempo que a contagem de pobreza com base no consumo em Maputo é excepcionalmente alta para áreas urbanas e mostra uma tendência negativa. Isto realça o principal desafio nos esforços de Moçambique para reduzir a pobreza: pessoas pobres não estão em posição de converter melhorias no capital humano (incluindo educação e saúde) em redução da pobreza através do aumento de rendimento e consumo. Uma conclusão preliminar (favorecida pelo governo e doadores e na linha da teoria neo-liberal) é que as melhorias no capital humano terão ao longo do tempo implicações positivas. Uma segunda conclusão (grandemente apoiada pelos nossos próprios dados a serem apresentados abaixo) é que mais esforços terão de ser direccionados directamente para a criação de emprego e os sectores produtivos, para melhorar a situação dos pobres.

Tabela 2. Indicadores Sócio-Económicos Básicos (Em percentagem, se não indicado de outra forma)

	Moçambique	Nampula	Cidade de Maputo	Sofala
POPULAÇÃO				
Densidade populacional	25,7	50,0	3,663.7	24,3
População Rural/Urbana	69/31	70/30	0/100	69/31
GÉNERO				
Agreg. Fam.chefiados por Mulheres	26,4	20,8	28,0	22,7
Índice de Desenvolv.de Género (IDG)	0,361	0,309	0,562	0,325
ECONOMIA				
População Economicamente Activa	83,0	87,6	54,4	80,8
Emprego na Agricultura	80,5	82,8	7,5	73,3
Rendimento Per Capita (MT)	325	229	828	321
Despesa Per Capita (MT)	324	238	380	928
Agregados Familiares com Bicicleta	32,6	31,6	8,2	39,4
EDUCAÇÃO				
Taxa Líquida de Matrícula no EP*	59,7	46,6	91,5	60,8
Taxa de Analfabetismo Masculino	36,7	48,7	7,5	28,4
Taxa de Analfabetismo Feminino	68,0	81,4	22,0	72,2
SAÚDE				
Taxa de Mortalidade Infantil	17,8	22,0	8,9	20,6
Malnutrição Crónica	41.0	42.1	20.6	42.3
HIV/SIDA	16.2	9.2	20.7	26.5

Fonte: INE 2004; Fox et al. 2005, MISAU 2005 e resultados preliminares do Censo de 2007/08.

*A proporção de crianças entre os 6 e 12 anos que vão à escola.

4. Administração Distrital e Governação

Um sistema político efectivo e justo ('boa governação') é essencial para levar a cabo as políticas de redução da pobreza do governo Moçambicano – e foi correctamente definido como um dos principais pilares do PARPA (ver acima). Na 'linha da frente' e em contacto directo com a população está o nível de distrito, que assumiu um papel central na estrutura política de Moçambique, particularmente depois do acordo de paz entre a Frelimo e a Renamo em 1992. Uma

razão para isto foi a necessidade de consolidar o controlo político sobre o território nacional. Uma segunda razão foi a necessidade de criar estruturas eficazes para serviços públicos, desenvolvimento e redução da pobreza. E um terceiro argumento para a descentralização foi aumentar a responsabilidade política, através de eleições dos órgãos políticos locais (municípios) ou conselhos consultivos (distritos).

Economias Distritais. Os distritos de Murrupula e Buzi e o município de Maputo têm alguns denominadores comuns, mas também características importantes que os separam. Talvez a característica comum mais importante seja a limitada base económica separada para implementar o desenvolvimento e as políticas de redução da pobreza.⁷ A maior parte das despesas públicas a este nível de governação e administração pública é financiada directamente pelos ministérios sectoriais (como educação e saúde) com uma influência limitada por parte dos distritos e municípios. Além disso, a sua própria base económica é limitada por um sistema rudimentar de cobrança dos impostos e taxas locais – sendo os mais importantes o imposto pessoal, o imposto sobre bicicletas e o imposto comercial. A base dos impostos locais é consideravelmente mais baixa em Moçambique do que nos países vizinhos (Fjeldstad 2006).⁸

A inovação recente mais significativa em termos de governação local é a introdução dos ‘Sete Milhões de Meticais’ (aproximadamente USD 265.000) como financiamento directo do governo central para o nível de distrito, para intervenções de desenvolvimento. Embora tenhamos mostrado que há problemas práticos com a utilização destes fundos, tanto em Murrupula como no Buzi, e que eles estão no processo de serem ‘politizados’⁹, argumentámos também que os fundos foram importantes para fortalecer a democracia local. Talvez mais essencial, estes fundos deram substância aos Conselhos Consultivos (IIPPS), que são o mais próximo que existe como representação política local nos distritos. Em Maputo, a base de financiamento para os distritos urbanos individuais é mais complexa, dado que os serviços são fornecidos directamente pelo estado e pelo município. Além disso, não há um órgão de base alargada como os Conselhos Consultivos distritais, dado que as pessoas em princípio esperam que os tomadores de decisões prestem contas através de eleições municipais (‘em princípio’ devido à muito baixa taxa de votação nessas eleições).

Sentimos diferenças significativas na capacidade das diferentes administrações distritais para apresentarem informação sobre a sua situação económica, na forma de planos de desenvolvimento, orçamentos e contas. A administração distrital no Buzi era de longe a mais eficaz, com toda a informação relevante acessível electronicamente. Murrupula tinha menos informação sistemática disponível, e muita era escrita à máquina ou à mão com lacunas nos orçamentos e resultados. E em Maputo quase não recebemos informação sobre os distritos onde trabalhamos, mas fomos enviados para o Município (comparável neste contexto ao nível provincial no caso de Murrupula e Buzi).¹⁰ Baseada na informação disponível, a Tabela 3 abaixo resume os indicadores económicos chave de Murrupula (população 102.000), Maputo (população 1.300.000) e Buzi (população 179.000) respectivamente. As possíveis mudanças na situação económica geral dos distritos, com um

⁷ Há com certeza argumentos para tal política, como a limitada capacidade a este nível para implementar políticas e os esforços coordenados por exemplo na educação e saúde.

⁸ Na maioria dos outros países a base dos impostos locais representa aproximadamente 20% da receita local e as taxas para fornecimento da infra-estrutura física (electricidade, água, recolha de lixo, etc.) constituem a parte principal da receita distrital/municipal.

⁹ O nosso estudo em Murrupula teve lugar em 2006, que foi o primeiro ano da alocação. O Buzi tinha três anos de experiência em 2008. Embora não tenhamos informação que mostre que a filiação em partidos é um critério para as alocações, há uma clara percepção entre a população local de que este é o caso (também verificado num estudo em curso no distrito de Mossuril em Nampula).

¹⁰ A única excepção no nosso estudo de Maputo foi o bairro de Khongolote, que administrativamente pertence ao Município da Matola e ao Posto Administrativo do Infulene.

particular enfoque na utilização dos Sete Milhões de Meticais, serão acompanhadas nos três estudos que se seguirão.

Tabela 3. Receitas e Despesas Distritais/Municipais

Item	Murrupula (2006)	Maputo (2007)	Buzi (2008)
RECEITAS			
Transferências do estado	30.727.190		23.772.247
Receitas próprias	2.271.800*		864.429
DESPESAS			
Administração/salários	12.416.819		4.119.734
Educação	17.758.970		17.218.743
Saúde	1.953.650		2.502.737
Actividades económicas	869.551		790.461
Total	32.998.990		24.636.676

Fonte: Administrações Distritais, Murrupula e Buzi * Inclui 1.672.240 MT dos 'doadores'

Administração e Governação. Olhando para a relação entre as administrações distritais e as suas respectivas populações nas três áreas de estudo, vemos diferenças significativa que não podem ser compreendidas sem uma referência às histórias individuais de cada área. Nos distritos principalmente rurais de Murrupula e Buzi, foi absolutamente essencial estabelecer relações com as autoridades tradicionais. Tanto em Murrupula como no Buzi, isso foi feito tentando estabelecer boas relações de trabalho entre as autoridades tradicionais (régulos, cabos, sagutes, etc.) e os representantes do estado aos níveis da administração distrital, postos administrativos e localidades – estando esta última implementada apenas parcialmente. Tem também sido feito através da incorporação – alguns diriam cooptação – das autoridades tradicionais, através de uma combinação de pressão política, remunerações e fornecimento de uniformes e outros benefícios.¹¹

No que respeita à 'boa' ou 'má' governação ao nível local, salientamos três constatações principais dos nossos estudos: uma é a contínua relevância da filiação política local. Em ambos os distritos, a forte posição anterior da Renamo¹² parece ter sido 'punida' pelo menos nos primeiros 5-10 anos depois da nova descentralização política ter tido lugar nos meados dos anos 1990. Foram-lhe alocados menos recursos públicos e poucas instituições na educação, saúde e outros serviços como estradas rurais do que áreas politicamente menos hostis. Encontrámos também casos de chefes tradicionais politicamente inaceitáveis que foram substituídos por outros mais 'amigáveis'. Dito isto, há também sinais recentes (no Buzi) de uma alteração de política, no sentido de uma estratégia de 'mostrar que o governo pode fazer' também nas áreas da oposição.

Uma segunda conclusão é a importância da competência, capacidade e atitude dos representantes locais do governo, particularmente ao nível de Postos Administrativos os quais estão mais directamente em contacto com a população local. Observámos que isto variava consideravelmente, o que novamente se reflectiu na atitude da população relativamente ao estado. Nos nossos exercícios de mapeamento, onde era pedido à população que apontasse os indivíduos e instituições mais importantes, as instituições e os representantes do estado estavam flagrantemente ausentes em

¹¹ De acordo com as leis e regulamentos relevantes, representantes do Nível Um (chefes/régulos e secretários de bairro) estão a receber um total de 750 Meticais cada três meses, enquanto os representantes do Nível Dois (chefes/cabos/ sagutes e chefes dos quarteirões urbanos) estão a receber 450 Meticais cada três meses. Os representantes do nível mais baixo não recebem remuneração, mas são em princípio elegíveis para receber uma parte dos impostos cobrados.

¹² Estes distritos incluem, mas não se limitam a, Namilasse no distrito de Murrupula e Ampara no distrito do Buzi.

alguns dos mapas desenhados (ver o Capítulo 1). Os novos mapas a desenhar na segunda etapa dos estudos serão usados como uma indicação do ponto até ao qual a situação mudou.

Por último, um denominador comum para ambos os distritos rurais é a confusão contínua das populações locais acerca dos papéis do estado, das autoridades tradicionais e organizações da sociedade civil, particularmente nas áreas de desenvolvimento e alívio da pobreza. Aquilo que registamos é uma tendência para fazer chamadas gerais para que o estado resolva os desafios do desenvolvimento e redução da pobreza, mas relacionada com a família alargada, autoridades tradicionais e tribunais ou cortes comunitárias quando delineado para quem as pessoas se viram realmente para resolverem problemas da comunidade (Tabela 4). Por um lado, as pessoas não vêem o estado como a fonte das intervenções de desenvolvimento, mesmo quando o são. E por outro lado há um contínuo e profundo septicismo no que respeita às verdadeiras intenções do estado em algumas áreas. Maputo é, parcialmente, uma exceção, já que as instituições do Estado são mais acessíveis. Além disso, em Maputo a linha divisória entre o Estado, o partido e as secretarias de bairro representantes das comunidades é mais difusa.

Tabela 4. *Problemas mais comuns enfrentados pelas comunidades e fontes de apoio*

Instituição	Murrupula	Maputo	Buzi
Nenhum problema	15.8	15.8	35.0
Roubo	26.9	57.5	25.0
Alcoolismo	24.2	10.8	13.3
Adultério	15.8	0.0	7.5
Outro	8.2	15.6	19.1
FONTES DE APOIO			
Autoridades tradicionais	66.0	36.6	67.9
Tribunais comunitários	10.0	7.9	6.4
Instituições do Estado	18.0	51.4	1.3
Outras	6.0	4.0	0.8

Fonte: Relatórios originais.

O sistema de governação e administração local em Maputo é em muitos sentidos bastante diferente do dos distritos rurais de Murrupula e Buzi – mas há também similaridades importantes particularmente em termos das percepções do estado. Em Maputo, há uma assembleia municipal eleita que designa um conselho municipal formado por 16 vereadores. Destes, oito tutelam áreas específicas de intervenção (finanças, recursos humanos, planeamento urbano e meio ambiente, infra-estruturas, actividades económicas, comércio, saúde e educação) e sete encarregam-se dos distritos urbanos – cinco dos quais têm populações muito maiores do que a maioria dos distritos rurais em Moçambique.

Formalmente, Maputo está dividido administrativamente em sete distritos urbanos, que por sua vez estão subdivididos em bairros, quarteirões e chefes de dez casas. Na prática actual, o chefe de cada unidade administrativa é nomeado ou sancionado pelo partido Frelimo, o que contribui para as dificuldades da população em separar o estado do partido. Três incidentes na época do nosso estudo indicam que há desafios no que respeita à legitimidade deste sistema: um é o despedimento do Presidente da Câmara Municipal pelo partido Frelimo antes das eleições municipais de 2008, não obstante a sua popularidade; o segundo é a participação muito baixa nas eleições municipais em 2003 e 2008; e o terceiro é uma chamada para a (re)instalação das autoridades tradicionais na forma de régulos em diversos bairros. Nos estudos de acompanhamento, avaliaremos em particular as possíveis mudanças nas percepções da legitimidade das administrações locais; as suas relações com

as autoridades tradicionais; e as mudanças no uso efectivo das instituições governamentais pelas pessoas.

Emprego e Serviços Sociais. Para além das avaliações das administrações locais em Murrupula, Maputo e Buzi, os três estudos delinearam aspectos chave da economia e provisão de serviços sociais distritais de educação e saúde. Os locais de estudo são diferentes e as mudanças serão principalmente monitoradas e avaliadas em cada caso individual, mas algumas características comuns são manifestas: os dados para Murrupula e Buzi mostram, não surpreendentemente, que a agricultura é a actividade económica dominante. Em ambos os distritos, a produção é considerada estar bem abaixo do potencial. As principais explicações fornecidas estão relacionadas com um ambiente natural em mudança (secas e cheias); acesso limitado aos meios de produção necessários para aumentar a produtividade (tractores, arados, sementes melhoradas, fertilizantes);¹³ e opções de comercialização limitadas. Nos últimos três estudos daremos uma ênfase particular à monitoria e avaliação das alterações nos preços de mercado dos produtos agrícolas, dado que a exploração pelos comerciantes é entendida como um constrangimento pela própria população.

Em Maputo, o emprego formal (acessível a muito poucos) e as actividades económicas informais (da qual depende a maioria da população pobre) são as actividades económicas dominantes. Os principais factores limitativos da receita foram identificados como uma superconcentração no comércio de pequena escala, à custa da produção e serviços (conduzindo ao abaixamento das margens de lucro); custos relacionados com o transporte de bens para os principais mercados do grande Maputo (contribuindo para a revolta urbana em Fevereiro de 2008); e a ilegalidade do comércio informal que inibe a flexibilidade, particularmente para os comerciantes mais pequenos ('dumba nengue'). Todos estes factores serão monitorados e avaliados, quanto a possíveis mudanças, no próximo estudo sobre Maputo.

Menos reconhecida é a importância da agricultura também para as populações urbanas. Ao nível nacional, 40% de todos os agregados familiares urbanos estão envolvidos na agricultura, e argumentámos nos três estudos que as ligações urbano-rurais são muito importantes para as estratégias de sobrevivência das pessoas. Uma razão para não se verificar uma redução da pobreza em Maputo pode ser que a proporção de agregados familiares na capital que estão envolvidos na agricultura é excepcionalmente baixa, quando comparada tanto com áreas rurais como com outras áreas urbanas – e que, por isso, as pessoas não têm fontes alternativas de alimentos em tempos de dificuldades e em situações de aumento do preço dos alimentos. Daremos particular atenção às possíveis mudanças na importância da agricultura e das ligações urbano-rurais no estudo seguinte em Maputo.

O acesso ao emprego formal é muito limitado em todas as três áreas de estudo, ao mesmo tempo que o estabelecimento de fábricas, negócios agrários e outras fontes de emprego formal é realçado como determinante para o desenvolvimento futuro, quer pelas administrações distritais quer pela população (ver abaixo). No que se refere aos dados relevantes nos primeiros três relatórios, monitoraremos e avaliaremos até que ponto o governo e o sector privado contribuíram para o estabelecimento de unidades económicas formais e a criação de emprego – como previsto no actual paradigma hegemónico de desenvolvimento económico (ver o Capítulo 1).

Por último, no que se refere à educação e saúde, os nossos dados fornecem indicadores básicos na forma de número e tipos de escolas; taxas de matrícula, repetição e passagem; número e tipos de instituições de saúde; e a proporção das doenças e tratamentos mais comuns. As alterações destes indicadores serão usadas juntamente com dados qualitativos individuais de escolas e agregados

¹³ Embora o acesso à terra *per se* não seja considerado um problema principal, é reconhecido que há acesso limitado à terra mais fértil geralmente adjacente aos rios e lagos.

familiares, para avaliar tendências nas percepções e uso das instalações educacionais e de saúde em cada distrito. Uma observação preliminar importante é que – contrariamente ao resultado da análise de regressão feita com base nos dados do IAF – as pessoas consideram a doença e a morte de membros da família como tendo um maior impacto no seu bem estar futuro do que a educação. A importância atribuída à educação é, de facto, seriamente posta em causa pela actual incapacidade de os jovens com instrução encontrarem emprego, tanto nos dois distritos rurais de Murrupula e Buzi como em Maputo.

5. Expressões Quantitativas de Pobreza e Bem Estar

O principal objectivo dos três relatórios de Murrupula, Maputo e Buzi foi avaliar as condições de pobreza e bem estar, estabelecendo uma base para avaliar as implicações das políticas de redução da pobreza em Moçambique após um período de três anos. Fizemo-lo através de um estudo de uma amostra de 120 agregados familiares em cada distrito, abrangendo questões chave sobre pobreza e bem estar e um conjunto de exercícios participativos com o objectivo principal de captar as percepções das pessoas e as relações de pobreza e bem estar nas suas comunidades e agregados familiares (ver o Capítulo 1).

O Conceito de Pobreza. O nosso ponto de partida para os três estudos foi uma conceptualização multifacetada de pobreza, envolvendo pobreza material, sentimento de impotência e vulnerabilidade (ver o Capítulo 1). Embora a nossa análise tenha verificado a relevância de tal abordagem, descobrimos duas qualificações importantes: uma é a importância essencial do rendimento e dos bens para satisfazer necessidades básicas, verificada pela alta prioridade dada ao emprego formal e informal. A segunda é a importância atribuída às relações extra-agregado familiar, que são essenciais para evitar o trabalho precário. De facto, a característica saliente dos mais pobres e mais destituídos é a *combinação* da falta de rendimento e de relações sociais, que tende a marginalizá-los em relação às suas famílias alargadas, comunidades locais, sociedade civil e o estado e a mantê-los numa situação de pobreza crónica.

O Agregado Familiar como Unidade de Análise. A nossa abordagem revelou um problema particular, relacionado com a definição do agregado familiar como a unidade chave da análise. O IAF (e por isso praticamente todo o trabalho analítico dele emanado) define o agregado familiar como pessoas vivendo debaixo do mesmo tecto e comendo da mesma panela, o que não reflecte as complexas realidades no terreno como nós as vivemos.¹⁴ Em particular, há muitos membros do agregado familiar que não vivem debaixo do mesmo tecto mas ‘comem da mesma panela’ – incluindo ‘agregados familiares separados’ que mantêm uma unidade urbana e rural como parte da sua estratégia de sobrevivência. Em Maputo, em particular, há também pessoas que vivem debaixo do mesmo tecto mas não ‘comem da mesma panela’ e que não são membros do mesmo agregado familiar.

Uma definição de agregado familiar como “uma ou mais pessoas – que podem estar ou não estar ligadas por parentesco e podem viver ou não viver debaixo do mesmo tecto – que partilham e usam os mesmos recursos” reflectirá melhor as realidades no terreno. Há outras características especiais de agregados familiares e famílias alargadas que têm implicações para o seu estatuto e papel como unidades sociais chave. Estas características incluem a importância contínua do pai ou irmão da mãe na Murrupula matrilinear; a importância crescente do *lobolo* no Buzi patrilinear, com implicações

¹⁴ Em antropologia, tem havido uma substituição da percepção do agregado familiar como uma unidade restrita por uma visão que acentua a sua permeabilidade na forma e estrutura, bem como uma substituição do entendimento do agregado familiar como uma unidade social mobilizada à volta de interesses comuns por um entendimento do agregado familiar como um lugar de interesses e obrigações em competição particularmente à volta do género e idade.

para a contínua dependência de mulheres em relação aos homens; e a importância crescente da co-habitação no Maputo urbano, de que resulta uma maior permeabilidade dos agregados familiares como unidades sociais. Como é necessário manter uma definição de agregado familiar como uma unidade estatística que é funcional, tais aspectos, todavia, devem antes ser analisados como parte da qualificação qualitativa de constatações quantitativas.

A Organização Social dos Agregados Familiares. Os nossos estudos em Murrupula, Maputo e Buzi mostraram todos um maior número de membros de agregados familiares do que o IAF (Tabela 5). Isto é um reflexo da flexibilidade na composição do agregado familiar. Registámos também uma proporção de agregados familiares chefiados por mulheres mais elevada do que o IAF, mas aproximadamente igual ao Inquérito Nacional Demográfico e de Saúde que também usa uma definição *de facto* em vez de uma definição *de jure* (MISAU 2005). Além disso, o número é dominado por divorciadas e viúvas. Muitas mães solteiras jovens são incorporadas nas suas famílias originais onde ou são integradas ou formam *de facto* uma sub-unidade chefiada por mulheres – o que significa que a proporção real de agregados familiares chefiados por mulheres é mais alta do que a registada. Com o actual processo de feminização da pobreza em Moçambique (Tvedten et al. 2008) é crucial que os futuros estudos captem melhor a incidência real de agregados familiares chefiados por mulheres. Uma característica final da composição de agregados familiares que evidenciaremos nos nossos estudos é a prevalência de relações de ‘vida em comum’ ou união consensual. Como uma parte dos dados do estudo isto pode não parecer significativo, mas é uma indicação de um processo em direcção a arranjos domésticos mais flexíveis ou instáveis.

Tabela 5: Organização do Agregado Familiar

	Murrupula	Maputo	Buzi
Dimensão do Agregado Familiar	5,1	7,5	7,0
Agreg. Fam. Chefiados por Mulheres	9	37	23
Unões Consensuais	61,7	24,2	24,2

Fonte: Relatórios originais

Tomada de Decisões do Agregado Familiar. Uma fraqueza muito importante das actuais ferramentas de pesquisa é a dificuldade de obter dados sobre as relações e alocação de recursos intra-agregado familiar. Os nossos estudos e entrevistas aprofundadas confirmaram o papel dominante dos homens na tomada de decisões, ainda que homens e mulheres tomem também decisões em conjunto, particularmente nos aspectos diários de menor dimensão (Tabela 6). Ao mesmo tempo, há indicações no nosso material de que as mulheres têm uma tendência mais forte para alocar recursos à educação, saúde e outras áreas que promovem o bem estar da família. Visar as mulheres em certos tipos de intervenção (como transferências de dinheiro para protecção social) pode ser uma medida importante para assegurar uma utilização óptima.

Tabela 6. Tomada de Decisões do Agregado Familiar

	Murrupula	Cidade de Maputo	Buzi¹⁵
Chefe de família	64.2	41.7	65.8
Esposa	0.0	23.3	9.2
Casal	16.7	13.3	20.0
Outro	19.2	20.6	5.0

Fonte: Relatórios originais.

Dito isto, uma das principais conclusões nos nossos estudos é até que ponto os agregados familiares individuais dependem de outros, através de relações extra-agregado familiar, tanto nas suas vidas diárias como em alturas de particular necessidade. Isto questiona a relevância e utilidade do enfoque dominante sobre o agregado familiar nos estudos, e aponta para a relevância do mapeamento das relações sociais a fim de comprovar a pobreza e vulnerabilidade dos agregados familiares (ver abaixo).

Emprego e Rendimento. O padrão de emprego, receita e despesa difere entre Murrupula, Maputo e Buzi e as mudanças serão avaliadas individualmente nos próximos estudos, mas há também neste caso alguns denominadores comuns que devem ser realçados (Tabela 7). Como assinalado, a agricultura é a actividade económica dominante em Murrupula e no Buzi, e importante em Maputo como um amortecedor em tempos de necessidade. A produção é geralmente levada a cabo com baixos níveis de tecnologia e produtividade, mas a maioria dos agregados familiares ainda vende pelo menos alguns dos seus produtos agrícolas – em muitos casos à custa do seu próprio consumo. A produção de vegetais e frutas é muito menos comum.

Para além da agricultura, a maioria dos agregados familiares persegue algum tipo de actividade informal geradora de receita – que também proporciona níveis de receita relativamente baixos mas é significativo como uma fonte de dinheiro para os agregados familiares pobres. A actividade mais importante em Murrupula e no Buzi é o *ganho-ganho*, ou seja, trabalhar em terras de outras pessoas, seguindo-se o comércio informal de pequena escala e a produção não agrícola (como esteiras, cestos e panelas). Em Maputo, a actividade económica informal mais importante é o pequeno comércio, com muito menos envolvimento em actividades produtivas informais. Embora as actividades económicas informais sejam fundamentais para a viabilidade de cada agregado familiar individual, um problema principal tanto nas áreas rurais como urbanas é a concentração à volta de um número limitado de actividades e uma concomitante falta de inovação. As fontes alternativas e inovativas de emprego, particularmente as relacionadas com a produção, têm frequentemente um retorno de rendimento mais alto.

Os agregados familiares em melhor situação nas áreas em estudo tendem a estar formalmente empregados ou estabelecerem relações comerciais com contrapartes em áreas urbanas. O emprego formal é considerado importante não apenas por causa do rendimento *per se*, mas igualmente porque o rendimento é regular e previsível, tornando possível planear a longo prazo e investir em actividades produtivas, educação, etc. É também uma fonte de orgulho e auto-estima. Igualmente notável tem sido a correspondência entre o nível de rendimento do agregado familiar e as ligações rural-urbanas. O acesso às áreas urbanas – através de migração oscilatória, da separação de agregados familiares em uma unidade rural e outra urbana, ou através de outros tipos de relação –

¹⁵ O desafio de obter respostas correctas em estudos é bem demonstrado pela grande proporção de agregados familiares no Buzi que declaram que o agregado familiar ‘não tem problema’. Inquiridos os chefes comunitários acerca disto, disseram-nos que culturalmente não é suposto que os Ndaus se queixem e que a sua relutância em serem explícitos acerca dos seus problemas se baseava num receio de que outros na comunidade viessem a saber.

não dá apenas um retorno mais elevado para os produtos agrícolas ou acesso ao emprego informal, mas expõe também a população rural a novas ideias.

Tabela 7. Fonte de Emprego por Área (Porcentagem)

Emprego	Murrupula	Cidade de Maputo	Buzi
Agricultura	100	29.2	96.6
Emprego formal	0.8	40.9	30.0
Emprego informal	51.6	70.8	71.6
Remessas	6.7	26.7	22.5

Fonte: Relatórios originais.

Conforme a tabela 8, grande parte dos agregados familiares nos três locais do estudo têm algum tipo de renda proveniente da agricultura, emprego formal, economia informal e/ou remessas. Além disso, uma proporção maior dos agregados familiares chefiados por mulheres obtêm renda de tais atividades, se comparado aos agregados chefiados por homens. Entretanto, a renda obtida através dessas atividades é maior nos agregados chefiados por homens do que nos chefiados por mulheres. Como é de se esperar, a renda familiar em Maputo é mais alta do que nas duas outras áreas, rurais, estudadas. Mas, como veremos abaixo, os gastos familiares são também mais altos em Maputo. A capital se destaca também por dois outros motivos: uma proporção maior dos agregados familiares está envolvida em emprego formal, ainda que a maioria trabalhe em empregos de baixa-renda, como empregados domésticos, seguranças etc. E uma fatia pequena dos 29 por cento dos agregados familiares envolvidos em agricultura vendem suas colheitas, o que salienta a importância das *machambas* para consumo próprio e como uma garantia para períodos de dificuldade.

Tabela 8. Rendimento Mensal dos Agregados Familiares por Área

Atividade econômica	Proporção com renda (%)		Renda média (mt)	
	Afch	Afcm	Afch	Afcm
AGRICULTURA				
Murrupula	81.7	45.5	48	11
Maputo	3.9	11.3	576	109
Buzi	16.3	28.6	117	47
EMPREGO INFORMAL				
Murrupula	46.8	66.6	365	195
Maputo	61.8	86.3	3.220	1.755
Buzi	73.9	64.2	718	563
EMPREGO FORMAL				
Murrupula	1.8	0.0	501 – 750 **	0
Maputo	77.6	43.2	1.501- 2.500	1.501- 2.500
Buzi	34.8	14.3	1.001 - 1.500	751- 1.000
REMESSAS				
Murrupula	5.5	18.2	100	35
Maputo	19.7	38.6	485	933
Buzi	18.5	35.7	153	470

Fonte: Relatórios originais, *Renda anual (na colheita) dividida por 12, ** Categoria em que ao agregado familiar médio se encontra.

Consumo e Despesa. Os padrões de consumo e despesa são também difíceis de comparar directamente, particularmente entre Murrupula e Buzi rurais, e Maputo urbano.¹⁶ Em ambos os casos o consumo centra-se nas necessidades básicas como comida, vestuário, educação e saúde (Tabela 9). Em Maputo, o transporte é uma área de despesa adicional importante. A educação e saúde não estão registadas como áreas centrais de despesa, mas muitas pessoas têm de pagar ‘taxas’ ilícitas por estes serviços. Embora o imposto pessoal, em princípio, deva incluir todos os cidadãos, e o imposto de bicicleta, o imposto comercial e as taxas de água e electricidade devam incluir uma proporção razoavelmente grande do agregado familiar, apenas 58 % dos agregados familiares nos nossos estudos efectivamente referem pagar impostos.

Tabela 9. *Consumo mensal do agregado familiar por Área*

Item de consumo	Murrupula	Cidade de Maputo	Buzi
Comida	160	1652	1200
Vestuário	100	432	60
Educação	20	132	100
Saúde	20	216	28

Fonte: Relatórios originais.

Quatro itens ou bens de consumo permanecem como indicadores particularmente importantes das desigualdades sócio-económicas nos três locais de estudo (Tabela 10). Telhados de zinco, telemóveis, bicicletas e rádios são todos relativamente caros e cobiçados como sinais culturais de ‘progresso’ e ‘modernidade’, e têm também ramificações sócio-económicas significativas: telemóveis e rádios facilitam a comunicação com familiares, amigos e contactos comerciais. As bicicletas facilitam e reduzem os custos de transporte das pessoas e mercadorias de uma forma que é muito importante, particularmente em áreas rurais.¹⁷ Os telhados de zinco evitam a entrada de água quando chove e não se deterioram como os telhados de colmo (eles também fazem barulho quando chove e tornam as casas insuportavelmente quentes quando brilha o sol, o que parece ter menos significado). As possíveis mudanças na proporção de agregados familiares que possuem estes quatro itens serão um importante indicador de desenvolvimento nos três estudos que se seguem.

¹⁶ A definição de consumo é também muito contestada, como evidenciado pelo aceso debate entre pessoas que defendem a abordagem do MPD/INE (Arndt 2007) e Joseph Hanlon (2007 e 2008) que argumenta que esta abordagem exagera grosseiramente o consumo actual e conseqüentemente exagera a redução da pobreza.

¹⁷ Hanlon (2008) nunca responde verdadeiramente à questão que coloca no título do seu, sob outros aspectos, excelente livro “Há mais bicicletas. Mas há desenvolvimento?”. Na nossa opinião, o número crescente de pessoas que têm meios para comprar bicicletas e usá-las para fins de geração de rendimento é a melhor indicação de progresso e diferenciação que podemos encontrar.

Tabela 10. *Posse de Bens 'Modernos'*

Item	Murrupula	Cidade de Maputo	Buzi ¹⁸
Rádio	60.8	65.0	62.5
Telemóvel ¹⁹	-	-	22.5
Bicicleta	60.0	11.0	56.7
Telhado de zinco	-	90.0	22.5

Há também alguns itens de consumo que suspeitamos serem sub-reportados no nosso estudo bem como no IAF. Um é a habitação, que representa uma parcela considerável e contínua dos recursos do agregado familiar, particularmente em Maputo. Muitas habitações nos bairros parecem estar sob construção intermitente, com as pessoas acrescentando portas, janelas e outras partes quando têm meios para isso – o que significa que as despesas podem não ser captadas em estudos que operam com intervalos de tempo limitados. Nos distritos rurais de Murrupula e Buzi mostrámos também que algumas pessoas têm ‘despesas culturais’ consideráveis que parecem sub-reportadas. Em Murrupula homens jovens pobres gastam uma grande parte do seu magro rendimento em vestuário (*panos*) para mulheres, como um investimento em boas relações com elas e suas famílias. E no Buzi, as despesas com *curandeiros* e medicina tradicional parecem ter aumentado com a ‘coisificação’ da feitiçaria e acusações de feitiço, mas não são reportadas.

Tem havido uma preocupação crescente com a subida de preço da comida e de outras mercadorias básicas durante o período dos nossos estudos, culminando no Buzi em 2008 (Tabela 10). A sabedoria convencional diz que quanto mais pobre é o agregado familiar, maior a proporção das suas despesas que será usada em comida, e que os agregados familiares vulneráveis desviarão o consumo para a alimentação em tempos de particulares dificuldades. Os nossos dados do Buzi contradizem parcialmente esta imagem, mostrando que na verdade as pessoas cortam na comida, em vez de noutros produtos (60% dos agregados familiares reduziram primariamente gastos com alimentação no ano passado). Com as consideráveis melhorias no consumo registadas pelo INE para a Província de Sofala (ver acima), isto pode implicar que as pessoas estão em posição de reduzir o consumo de comida sem comprometer o seu nível básico de bem estar. Mas pode também significar que alguns itens não alimentares são tão importantes para o bem estar de um agregado familiar que este é compelido a cortar o consumo de alimentos até ao mínimo possível. A base das reacções dos pobres aos aumentos dos preços receberá uma ênfase particular nos últimos três estudos.

Tabela 11. *Items com os Maiores Aumentos de Preços 2007-2008 (Buzi)*

Item	Alteração entre outubro de 2007 e outubro de 2008 (percentagem)
Milho	57
Arroz	62
Açúcar	69
Karosene	57

Educação e Saúde. As nossas pesquisas em Murrupula, Maputo e Buzi confirmam os dados do INE sobre os geralmente baixos níveis de educação, com 38, 9 e 25 % de chefes de agregados familiares

¹⁸ O desafio de obter respostas correctas em estudos é bem demonstrado pela grande proporção de agregados familiares no Buzi que declaram que o agregado familiar ‘não tem problema’. Inquirindo os chefes comunitários acerca disto, ouvimos que culturalmente os Ndaus não são supostos queixar-se e que a sua relutância em serem explícitos acerca dos seus problemas se baseava no receio de que outros na comunidade viessem a saber.

¹⁹ Infelizmente, não incluímos uma questão sobre a posse de telemóveis no nosso primeiro estudo em Murrupula realizado em 2006.

sem nenhum nível de educação e apenas 9, 50 e 22% tendo mais do que o primeiro nível da escola primária (EP1). No que respeita à saúde, os nossos estudos confirmam que uma grande proporção de agregados familiares contém pessoas que estão frequentemente doentes, que a taxa de mortalidade infantil é alta, e que as pessoas tendem a usar as instituições sanitárias formais. Ao mesmo tempo, contudo, os dados quantitativos escondem muitas vezes um intrincado conjunto de relações sociais, percepções culturais e informação aparentemente contraditória. Nos nossos estudos, os dados sobre educação e saúde sublinham a necessidade de tratar essa informação com cuidado: em algumas das áreas que estudámos há uma discrepância entre a informação sobre taxas de frequência e de desistência escolar e o inquérito aos agregados familiares – mostrando este último a frequência escolar mais alta. E há discrepância entre a informação obtida de unidades sanitárias, autoridades tradicionais e *curandeiros* individuais e os dados do inquérito aos agregados familiares – implicando a primeira um uso mais frequente da medicina tradicional do que o que está registado nos nossos estudos.²⁰

A falta de educação tem sido definida como uma das quatro determinantes principais da pobreza em Moçambique (DNPO 2005). Os nossos estudos questionaram esta conclusão, e verificaram que uma saúde fraca pode ser uma determinante mais importante para manter as pessoas na pobreza do que o que é assumido. Embora as pessoas possam expressar o ponto de vista de que a educação é importante para melhorar as suas vidas, as entrevistas qualitativas mostram que os agregados familiares pobres em Murrupula e no Buzi não acreditam verdadeiramente que as *suas* crianças beneficiarão no que respeita às muito limitadas oportunidades de emprego nas suas áreas. Em Maputo, a fé nas vantagens da educação é maior já que as pessoas conhecem gente de sucesso com emprego – mas esta percepção está sob séria ameaça: à medida que os jovens e educados descobrem que a sua educação não lhes abre as portas do mundo do emprego, tornam-se frustrados e irritados, como se tornou evidente na revolta urbana de Fevereiro de 2008.

Ao mesmo tempo, as implicações da doença e morte são sérias e muito provavelmente subestimadas como causa de pobreza contínua. Tantos como 73 % do total de 360 agregados familiares nos nossos estudos tinham tido pelo menos um membro doente durante o período de duas semanas anterior à entrevista. Isto só por si reduz a produtividade tanto da pessoa doente como da que tem de permanecer em casa para cuidar dela. Além disso, em 41 % dos agregados familiares pelo menos uma criança faleceu antes dos cinco anos de idade. As consequências psicológicas disto são imensas e podem tornar inactiva uma família durante semanas, com processos de luto prolongados, e afectar as actividades produtivas. Mais ainda, a alta taxa de mortalidade infantil é a principal razão da elevada taxa de fertilidade de Moçambique, de 5,5 nascimentos por mulher (MISAU 2005), o que limita o trabalho e a produtividade das mulheres que têm a seu cargo as tarefas agrícolas. O rápido aumento da expansão do HIV-SIDA tem implicações similares na pobreza e bem estar, com os membros mais produtivos do agregado familiar a ficarem doentes ou a falecerem, afectando uma proporção crescente de mulheres, que são as mais importantes para o bem estar do agregado familiar.

Diferenciação Espacial. Reflectindo os dados nacionais sobre a base localizada de diferenciação e as desigualdades em Moçambique (Simler e Nhate 2005), os nossos estudos mostraram como a questão do espaço geográfico tem implicações na pobreza e bem estar. Factores como o acesso aos recursos naturais, calamidades, estruturas económicas, a presença ou a falta de instituições específicas, conjuntos específicos de normas sócio-culturais e características demográficas específicas, variam entre os diferentes postos administrativos ou *bairros*. Em Murrupula, por

²⁰ Há boas razões para isto: as pessoas sabem que as suas crianças devem ir à escola e querem que elas tenham educação, mas são confrontadas com constrangimentos como a pobreza, a necessidade de mão-de-obra e os casamentos precoces das raparigas. Do mesmo modo, as pessoas sabem que devem contactar as instituições sanitárias formais quando os membros familiares adoecem – mas podem não ser capazes de pagar o transporte e as taxas e querer verificar que a velha ‘forma cultural’ é ainda válida e útil.

exemplo, havia uma diferença significativa na comercialização de produtos agrícolas entre os ‘cabos’ mais centralizados e os mais marginais. Em Maputo, os agregados familiares nos *bairros* mais próximos do centro da cidade tinham mais membros do que os agregados familiares nos bairros periféricos, com implicações nas taxas de dependência e no grau de vida ‘apinhada’. E no Buzi, a proporção de agregados familiares com fontes não agrícolas de rendimento informal era consideravelmente mais alta nas áreas mais próximas dos principais centros de população (Vila do Buzi e Beira) do que nas áreas mais afastadas. Nos três locais, há uma correspondência sistemática entre a distância relativa das instituições do estado do nível central e o ponto até ao qual o estado é visto como relevante para as estratégias de sobrevivência das pessoas e verdadeiramente usado. Identificámos também o que parecem ser diferenças espaciais sistemáticas nos níveis mais baixos dos ‘cabos’ (Murrupula), ‘*sagutes*’ (Buzi) e ‘*quarteirões*’ (Maputo), que podem ser o resultado de circunstâncias históricas ou ambientais específicas mas que mais vulgarmente reflectem processos altamente localizados de exclusão política ou social, às quais voltamos agora. Um enfoque importante para os próximos três estudos será até que ponto as implicações da localização geográfica foram reduzidas pelas políticas e intervenções do governo para redução da pobreza.

6. Relações Sociais de Pobreza e Bem estar

A sociedade não consiste em unidades restritas de agregados familiares e indivíduos, mas sim na soma de ligações e relações nas quais as pessoas se encontram a si próprias (Bourdieu 1990). Através de metodologias participativas e qualitativas (‘análise de forças de impacto’ e ‘classificação da prosperidade’) avaliámos as percepções das pessoas sobre a pobreza na sua comunidade e o que caracteriza os agregados familiares e indivíduos mais pobres e os em melhor situação. Procurámos também os tipos de relações sociais nos quais as diferentes categorias dos agregados familiares mais pobres e dos em melhor situação estão envolvidos, através de ‘diagramas de Venn’ e estudos de caso aprofundados. A importância de captar as percepções das próprias pessoas sobre a sua situação é que as pessoas agem e se relacionam com as intervenções externas na base da sua posição económica ‘objectiva’, *bem como* das suas próprias percepções acerca da sua situação e das opções para melhorar as suas vidas – as quais mostrámos que não correspondem necessariamente. Uma das nossas principais conclusões ao longo dos três estudos é até que ponto a capacidade de as pessoas sobreviverem e melhorarem a sua situação depende da sua capacidade de estabelecer e manter relações com instituições sociais para além das suas próprias – como a família alargada, autoridades tradicionais, vizinhos e amigos, sociedade civil, a igreja e o estado.

Características das comunidades pobres. Referindo-nos às nossas notas introdutórias sobre a relação entre ‘estrutura’ e ‘actuação’, as pessoas nas três áreas de estudo fizeram distinções claras entre razões ‘externas’ e ‘internas’ para as condições de pobreza e bem estar nas suas comunidades. As pessoas enfatizam a falta de emprego; fraco retorno do seu trabalho [na agricultura e na economia informal]; e apoio inadequado do governo como razões chave do seu subdesenvolvimento. O acesso inadequado às instalações de educação e saúde e as más estradas e outras infra-estruturas foram também enfatizados. As razões internas sublinhadas variam mais, mas a ‘ignorância’, o ‘roubo’, o ‘adultério’ e a ‘embriaguez’ são vistos como problemas comuns. As discussões separadas com grupos foco de mulheres confirmaram amplamente estes pontos, mas também sublinharam a importância de as mulheres terem mais para dizer nas suas comunidades.

Tabela 12. *Percepções das Características das Comunidades Pobres*

Condições externas 'estruturais'	Condições 'internas' de actuação
Falta de emprego	Ignorância
Baixo retorno do trabalho	Roubo
Inadequado apoio do governo	Adultério
Aumentos de preços	Embriaguez

Características dos agregados familiares pobres. No que respeita às percepções das pessoas dos agregados familiares pobres e menos pobres, o foco nas três comunidades está na *combinação* de rendimento, bens materiais e relações sociais. Os bens materiais realçados como indicações de pobreza ou bem estar foram principalmente o dinheiro, a comida e as bicicletas. Em Murrupula e no Buzi as pessoas sublinharam também a falta de ferramentas agrícolas e de gado como significando agregados familiares pobres, enquanto as pessoas em Maputo enfatizaram a qualidade das casas das pessoas como uma indicação principal de pobreza ou bem estar. As relações consideradas importantes variaram entre as três áreas em estudo. Na Murrupula rural e matrilinear, os agregados familiares considerados pobres foram os que não tinham tio [materno] para aconselhar a família e não tinham crianças. No Maputo urbano, foi dada ênfase aos agregados familiares em que o marido e a esposa não vivem juntos e por isso não têm parceiro com quem possam partilhar os recursos económicos. E no Buzi rural as pessoas com familiares ou outras relações nas cidades foram consideradas mais afortunadas do que as que os não tinham.

Tabela 13. *Percepções das Características dos Agregados Familiares Pobres*

Bens materiais	Relações sociais
Sem Dinheiro	Sem tio materno (Murrupula)
Sem Comida	Sem parceiro conjugal (Maputo)
Sem Bicicletas	Sem contactos urbanos (Buzi)

Categorias de Agregados Familiares Pobres. As percepções de pobreza e bem estar das pessoas são claramente conceptualizadas na forma de categorias de agregados familiares pobres e em melhor situação. Há uma congruência notável nas percepções entre as três áreas de estudo, com três categorias básicas dos pobres e três categorias básicas dos que estão em melhor situação. As categorizações dizem alguma coisa acerca do porquê de alguns serem pobres e outros serem ricos, e indica também as opções para sair ou melhorar a situação em que se encontram. Todas as áreas têm uma categoria de pessoas que têm tantas desvantagens contra elas que desistiram efectivamente de fazer mais pelas suas vidas e permanecerão empobrecidas ('os destituídos'). Uma segunda categoria abrange as pessoas pobres que trabalham arduamente para melhorar a sua situação mas que permanecem pobres sob os constrangimentos estruturais actuais (os 'cronicamente pobres'). E uma terceira categoria envolve as pessoas que são pobres 'por acidente' e podem 'com sorte' melhorar a sua mobilidade social (os 'pobres transitórios').

Similarmente para os em melhor situação, a população nas três áreas opera com uma categoria de pessoas que 'sempre foram ricas' (o 'permanentemente rico'); uma categoria de pessoas que se tornaram ricas 'por sorte' e gostam de demonstrar a sua riqueza (os 'novos ricos'); e uma categoria dos que se tornaram ricos através de trabalho duro, sacrifícios e um estilo de vida respeitado (o 'merecidamente rico'). Entre estes, as pessoas que pertencem à categoria média dos 'novos ricos' são consideradas as mais vulneráveis em termos de perder a sua riqueza, enquanto as outras duas são geralmente respeitadas e de certo modo 'temidas': como notámos, as pessoas têm sido mais

relutantes em categorizar e discutir as pessoas em melhor situação do que as pobres, por temerem represálias na forma de acusações de feitiçaria ou repercussões mais tangíveis.

Tabela 14. *Categorias Emic de Pobres e em Melhor Situação*

Categoria	Murrupula	Maputo	Buzi
OS POBRES	Macua	Ronga/Shangana	Ndau
Os pobres destituídos	<i>opitanha</i>	<i>xiculungo</i>	<i>umbwa</i>
Os cronicamente pobres	<i>ohawa</i>	<i>xantumbuluku</i>	<i>mulombo</i>
Os pobres transitórios	<i>ohikalano</i>	<i>xangamo</i>	<i>kombo</i>
OS EM MELHOR SITUAÇÃO			
Os permanentemente ricos	<i>opwalatha</i>	<i>xantumbuluku</i>	<i>muthende</i>
Os novos ricos	<i>ovela</i>	<i>xigogo</i>	<i>kuganha</i>
Os merecidamente ricos	<i>opwalatha</i>	<i>aganhinhana</i>	<i>mucupuki</i>

Relações Sociais da Pobreza. A natureza e extensão das relações ou redes sociais das pessoas não apenas influenciam a sua posição económica, como também determinam largamente as suas opções para sobreviver em tempos de crise: os agregados familiares e indivíduos que são socialmente marginalizados são mais vulneráveis à crise do que os que têm um conjunto de relações a quem recorrer. Ao mesmo tempo, as relações sociais têm de ser construídas e mantidas ao longo do tempo para serem sustentáveis. As famílias em melhor situação, argumentámos, têm a capacidade de investir em relações de longo prazo, para preencher a percepção cultural de uma boa vida. Para os mais pobres, as suas alocações tendem a tomar a forma de emergências com decisões *ad hoc* que podem igualmente enfraquecer a sua posição ao longo do tempo – por exemplo retirando as crianças da escola para irem trabalhar; não levando as crianças ao hospital para poupar dinheiro; ou realizando actividades ilícitas para resolver uma crise imediata.

Um dos desenvolvimentos mais dramáticos em Moçambique é o ponto até ao qual as relações sociais se tornaram ‘coisificadas’, no sentido em que o dinheiro se tornou uma parte integrante de muitas relações que anteriormente se baseavam em trocas mais flexíveis. Vimos nos três estudos como o dinheiro está envolvido nas relações das pessoas com o estado (com pagamentos formais e informais para adquirir serviços na educação e saúde); como frequentemente têm de ser feitos pagamentos adiantados para ser considerado para vários tipos de relações de emprego; como as relações com as instituições locais da sociedade civil e a igreja esperam cada vez mais por ‘contribuições’ dos membros da comunidade para serem elegíveis em termos de apoio; e como o dinheiro está envolvido no estabelecimento de relações entre famílias alargadas através do dote. Talvez mais sério, as relações sociais entre os próprios mais pobres são cada vez mais baseadas em reciprocidades económicas – o que é uma razão essencial para os processos locais de marginalização e exclusão social que identificámos, porque os pobres não se podem permitir ter dívidas pendentes (ver abaixo).

Prosseguimos a questão das relações sociais de pobreza e bem estar seleccionando representantes das categorias de agregados familiares pobres e em melhor situação identificadas acima e realizando entrevistas aprofundadas através da aplicação de diagramas de Venn (ver o Capítulo 1). A conclusão mais importante é a sistemática correspondência entre o nível de pobreza e bem estar material por um lado, e a extensão e tipos de tais relações por outro: os agregados familiares em melhor situação têm sistematicamente uma rede maior e mais intensa de relações sociais do que os mais pobres, tanto nas suas vidas diárias como para recurso em tempos de particulares dificuldades.

Os nossos estudos de caso mostraram que o conjunto mais básico de relações sociais extra-agregado familiar é representado pela *família alargada*. A família matrilinear ou patrilinear de cada um é mais central, mas a rede social é alargada com o casamento para incluir também a família da esposa. A contínua importância do dote nas zonas sul e centro de Moçambique é um testemunho do significado ligado à ‘propriedade’ da mulher e das crianças, enquanto que no norte a contínua adaptação matrilinear e o padrão de residência uxorilocal parecem dar às mulheres uma posição mais independente. As relações com a família alargada são frequentemente mais fracas nas áreas urbanas como Maputo, parcialmente por causa da distância e custos de manter contacto com a família nas áreas rurais. A reduzida importância das famílias alargadas é sublinhada pela crescente prevalência das relações de ‘vida em comum’ nessas áreas, as quais não envolvem relações com a família alargada no mesmo grau que os casamentos formais.

As *autoridades tradicionais* ainda desempenham um papel central na vida das pessoas, tanto pela sua orientação espiritual como para as pessoas recorrerem em tempos de dificuldade. Embora possam ter pouco para oferecer em termos de comida, vestuário ou outras contribuições materiais, nos nossos estudos de caso os *régulos*, *cabos*, *sagutes* e outros líderes tradicionais são o segundo tipo mais frequente de relações depois da família alargada, devido ao seu papel de mediadores. As relações sociais com os *vizinhos e amigos* são mais importantes em Maputo do que nas áreas rurais em estudo, e parecem mais vitais como relações do ‘dia-a-dia’ no que respeita aos pequenos problemas de dinheiro, comida, cuidar das crianças, etc. Há indicações que essas relações são particularmente importantes para as mulheres – em parte devido à sua relativa exclusão de outros tipos de redes sociais. As *igrejas e mesquitas* são geralmente importantes nas três áreas e são usadas quer numa base regular para interacção social e conforto espiritual, quer em tempos de particular crise. As *associações* urbanas e rurais para produção, poupança, funerais, etc., que são comuns em outros países da região, parecem muito menos prevalentes em Moçambique. As *relações de aprovisionamento* através de emprego formal são muito importantes para a minoria com emprego, dado que as pessoas em tais redes tendem a ter dinheiro. A *filiação num partido* constitui também um conjunto central de relações para os envolvidos, como sinal de pertença e como uma potencial fonte de apoio.

As relações com *o estado* revelaram-se como as mais ambíguas. As pessoas têm grandes *expectativas* em relação ao estado para o desenvolvimento da comunidade, emprego e segurança social, mas muito poucas realmente mencionam o estado como relevante para as suas vidas. A razão principal é a limitada presença real do estado nas áreas que estudámos, com acesso inadequado a empregos, falta de estradas, escolas e postos de saúde apropriados, inadequada protecção contra o crime, instituições legais, protecção contra calamidades e outros aspectos da vida onde as pessoas esperam que o estado esteja presente. Mas há também uma compreensão limitada sobre o que é realmente o estado: o estado tende a ser ‘personificado’, e o que as pessoas vêem na ‘linha da frente’ do estado são chefes de postos administrativos e secretários de *bairro* que lhes fazem grandes pedidos para reuniões, obras públicas e impostos – mas que têm pouco para oferecer de volta na forma de desenvolvimento.

As relações sociais de pobreza e bem estar, como as encontramos em Murrupula, Maputo e Buzi, podem ser exemplificadas através de dois estudos de caso típicos. São típicos no sentido em que manter relações recíprocas com pessoas e instituições da aldeia ou do *bairro* obriga a constantes investimentos nas redes que os mais pobres não podem fazer; os agregados familiares chefiados por mulheres tendem a ter redes mais pequenas do que os chefiados por homens; e as pessoas com emprego fora da agricultura tendem a expandir a sua rede consideravelmente, tanto em termos geográficos como substanciais.

A *Ana Mafalda* vive com a sua mãe e três crianças na mesma aldeia e na mesma habitação onde cresceu, e é a chefe *de facto* do seu agregado familiar. O pai dos seus filhos abandonou-a

imediatamente após o nascimento do último filho, e ela não tem contacto com ele ou com a família dele. O agregado familiar vive do cultivo de uma pequena *machamba*, e da venda ocasional de vegetais que compra a um vizinho. As duas raparigas mais velhas não vão à escola, mas a Ana mandou para lá o seu rapaz, o qual frequentava a terceira classe na altura do nosso estudo. A Ana contou-nos que teve um grande problema no ano anterior, quando a sua mãe ficou doente ao mesmo tempo que o seu filho precisava de dinheiro para comprar equipamento escolar. Ela lamentou-se de não ter membros da família alargada que lhe pudessem valer (todos tinham morrido ou eram demasiado pobres); o líder tradicional ou *cabo* disse que não podia ajudar; a igreja não ajudava porque ela não era verdadeiramente uma frequentadora da igreja; ela nem sequer tentou falar com os membros do partido ('eles apenas ajudam os seus'); e ela desconhecia quaisquer serviços públicos a que pudesse aceder e, de qualquer modo, não teria capacidade para ir à sede distrital ou provincial. A única pessoa que a ajudou foi o vizinho que ocasionalmente lhe vende tomates, mas ela apenas recebeu o suficiente para ajudar a sua mãe, deixando o rapaz de frequentar a escola.

O *Armindo Shakwe* é chefe de uma família composta pela sua mulher, quatro filhos e a irmã da sua mulher e as suas duas crianças. A família tem um bom rendimento da agricultura e produção de coco, e vende produtos tanto na aldeia como na sede do distrito. O seu filho mais velho terminou a escola e está desempregado, mas vende coco para o seu pai na capital da província, onde vive com um tio. Entre as estações agrícolas, o Armindo faz parte da tripulação de um barco de pesca, propriedade do filho do irmão do seu pai. No ano anterior ao nosso estudo, o Armindo perdeu muito da base do seu rendimento quando a sua bicicleta foi roubada, o que o impediu de vender os seus produtos na sede distrital. Em alguns dias, ele movimentou-se para obter dinheiro suficiente para comprar uma nova bicicleta, através de um empréstimo do seu irmão que vive na mesma comunidade (a quem o Armindo já tinha ajudado antes); obteve apoio de um vizinho (a quem ele prometeu cocos para revenda durante a colheita); obteve uma pequena contribuição da igreja (para a qual ele frequentemente contribuía com trabalho); e teve ajuda para encontrar uma bicicleta barata na Beira, através de pessoas que trabalhavam no barco de pesca.

Processos de Marginalização e Exclusão. Iniciámos os três primeiros estudos desta série com uma declaração de particular interesse para as secções mais pobres da população que estudámos. Se o objectivo da redução da pobreza é fazer qualquer sentido moral e prático, os 'mais pobres dos pobres', os 'crónicamente pobres' ou os 'destituídos' têm de ser um grupo alvo chave do PARPA. Tem sido evidente nos nossos relatórios que os mais pobres não beneficiam geralmente do desenvolvimento económico alargado que está a ter lugar em Moçambique (ver também Hanlon 2008), e as intervenções orientadas e/ou medidas de protecção social são ainda raras nas áreas em estudo. Há, de facto, pouca evidência de as políticas actuais de redução da pobreza 'gotejarem' abaixo dos relativamente em melhor situação e dos pobres para os muito pobres.

Identificámos também processos locais de marginalização que mantêm os mais pobres excluídos dos desenvolvimentos económico e social, que tem lugar ao nível de distritos e *bairros*. Estes processos baseiam-se parcialmente no espaço geográfico, género e exclusão política, mas também nas implicações daquilo a que chamamos 'mercantilização' das relações e redes sociais: num contexto onde praticamente tudo custa dinheiro, os mais pobres, que não podem contribuir nem com trabalho nem com dinheiro, são facilmente excluídos das redes sociais – não porque as pessoas não queiram ajudar mas porque eles não podem permitir-se ter dívidas pendentes. Há, por outras palavras, algo real a fazer em relação a medidas de protecção social, na forma de transferências de dinheiro (para pessoas pobres incapacitadas para o trabalho) ou programas de obras públicas (para os que podem trabalhar), se o objectivo é atingir as secções dos mais pobres da população com as políticas de redução da pobreza de Moçambique.

7. Conclusões e Implicações para a Política

O objectivo principal dos três estudos resumidos nesta sinopse é funcionarem como uma base para monitorar e avaliar as implicações das estratégias de redução da pobreza de Moçambique nos três distritos seleccionados. Este trabalho será feito visitando novamente os mesmos distritos, as mesmas comunidades e os mesmos agregados familiares depois de períodos de três anos (i.e. em 2009, 2010 e 2011 respectivamente), para verificar possíveis mudanças na pobreza e bem estar. Todavia, apresentámos algumas conclusões e recomendações preliminares em cada um dos estudos iniciais, que podem ser resumidas como segue:

Conclusões. Os nossos estudos em Murrupula, Maputo e Buzi questionaram indirectamente a conclusão de que a redução de pobreza em Moçambique (de 69% para 54%) tivesse uma ‘base alargada’. Encontrámos condições de desigualdade e de profunda pobreza e vulnerabilidade, sublinhando a importância de olhar para além das taxas brutas agregadas de pobreza. A base para a pobreza crónica contínua e profunda é o limitado grau em que os desenvolvimentos económicos chegam ‘gota a gota’ até aos muito pobres, e os processos locais de marginalização e exclusão social. As crescentes desigualdades, particularmente no caso de Maputo, têm o efeito de aumentar a insatisfação dos mais pobres por formas que podem pôr em perigo a estabilidade política.

Sublinhámos também a importância de olhar para além dos agregados familiares e indivíduos como unidades de análise ‘isoladas’ e focar as relações sociais. Enquanto a *distribuição* da pobreza se reflecte no rendimento, bens e capital humano na forma de educação e saúde, a *dinâmica* da pobreza (i.e. a base para mudanças na pobreza e bem estar ao longo do tempo) está em primeiro lugar relacionada com a extensão e natureza das relações sociais dos indivíduos e agregados familiares. Enquanto os agregados familiares em melhor situação tendem a ter um vasto conjunto de relações ou redes sociais, de que se podem valer nas suas vidas diárias bem como em alturas de particular necessidade, os mais pobres tendem a ter um conjunto muito mais limitado de relações sociais a que possam recorrer. Assim, a pobreza material tem consequências em si própria no sentido em que canaliza as estratégias de sobrevivência dos mais pobres em direcções específicas que tendem a perpetuar a sua posição de ‘cronicamente pobre’ ou destituído.

Recomendações. Ao perguntarmos às populações nas três áreas de estudo quais as suas prioridades principais para melhorarem as condições nas suas comunidades e nos seus agregados familiares (ver o Capítulo 1), elas centraram-se no emprego e rendimento, educação e saúde e facilidade de comunicação através de melhores estradas e acesso aos mercados/áreas urbanas. Na Murrupula e no Buzi rurais, as prioridades adicionais mencionadas foram meios melhorados de produção agrícola. E no Maputo urbano, foi dada ênfase adicional à importância de resolver o problema da criminalidade. Particularmente nos últimos dois estudos (Maputo em 2007 e Buzi em 2008) as pessoas sublinharam também os efeitos devastadores para o seu bem estar dos recentes aumentos de preço dos bens e serviços básicos.

As pessoas nas três áreas tinham percepções grandemente similares de como deviam ser feitos melhoramentos nestas áreas: embora se refiram à responsabilidade do estado, dos doadores e ‘comerciantes’, reconhecem também a sua própria responsabilidade em contribuir com o que têm – geralmente focando-se no ‘nosso trabalho’. Nesta fase as recomendações mais importantes sobre a política, desenvolvendo as nossas interpretações dos resultados dos estudos que fizemos e das sugestões feitas pelas próprias pessoas acima referidas, são:

- Alguns dos principais conceitos analíticos e unidades de análise usados pelo MPD e pelo INE na monitoria e avaliação da Estratégia de Redução da Pobreza em Moçambique (como ‘pobreza’, ‘agregado familiar’, ‘chefia feminina’ e a dicotomização do ‘urbano’ e do ‘rural’) devem ser mais refinados para reflectirem melhor as realidades no terreno.
- Há uma necessidade urgente de fortalecer os recursos humanos e económicos ao nível dos distritos rurais e urbanos, para o estado e os esforços para aliviar a pobreza terem um impacto nas comunidades locais. Os ‘Sete Milhões’ são um passo importante na direcção certa, mas os princípios e aspectos práticos para a utilização dos fundos devem ser mais clarificados.
- Devem ser feitas distinções mais vigorosas entre o estado e o partido no governo, para melhorar a representatividade e responsabilidade locais. A dependência *de facto* do estado em relação às autoridades tradicionais para a mobilização e cobrança de impostos deve ser formalizada e tornada mais transparente, pelas mesmas razões.
- Há sinais claros de uma feminização da pobreza em curso nas três áreas em estudo, que necessitará de mais intervenções focadas nas mulheres para melhorarem a sua independência económica e assegurarem o direito à terra, habitação e outros bens importantes. Além das viúvas e divorciadas, deve ser prestada particular atenção às mães solteiras jovens que constituem uma categoria ‘oculta’ nos agregados familiares alargados.
- Deve ser dada maior ênfase à questão da pobreza urbana, não apenas por causa da gravidade e direcção negativa da pobreza nas cidades e vilas em Moçambique, mas também por causa da ligação próxima entre o desenvolvimento urbano e rural através das ligações urbanas-rurais.
- As pessoas enfatizam o emprego e o rendimento como os principais veículos para melhoria das suas vidas. Nos dois distritos rurais em estudo, o fraco retorno do trabalho na agricultura, devido ao acesso inadequado aos mercados e à exploração pelos comerciantes, representa um particular desafio. Além disso, para melhorar a comunicação com os grandes mercados, deve ser considerada uma reintrodução de algum tipo de autoridade da comercialização.
- No Maputo urbano, a contínua ilegalidade de aspectos centrais da economia informal impede o seu desenvolvimento e possível transição para a formalização. A importância e os méritos da economia informal, como aspecto central das estratégias de sobrevivência das pessoas, devem ser melhor reconhecidos.
- Embora seja importante uma ênfase contínua na educação, constatámos que a saúde tem um maior impacto imediato sobre a pobreza e bem estar e as perspectivas para redução da pobreza. A qualidade dos serviços de saúde mostra claras melhorias ao nível da sede dos distritos, mas a acessibilidade deve ser melhorada também aos níveis mais baixos.
- Há uma razoavelmente vasta secção da população nas três áreas em estudo composta por pessoas cronicamente pobres ou destituídas. Estas pessoas não serão atingidas pelas políticas gerais de redução da pobreza, mas precisam de intervenções orientadas para elas, que tenham como objectivo a protecção social na forma de transferências de dinheiro.

Estudos de Acompanhamento. O principal objectivo dos três estudos de acompanhamento é monitorar e avaliar as implicações do PARPA nas três áreas de estudo seleccionadas. Ao nível da economia política dos distritos rurais e urbanos, isto será feito verificando as mudanças na governação e administração; agricultura e desenvolvimento económico, educação e saúde – todos os sectores que estão referenciados no actual PARPA como particularmente importantes para a redução da pobreza. Será dada atenção adicional à utilização dos ‘7 milhões de Meticais’, que representam um potencial de investimento considerável para os dois distritos em estudo.

Ao nível das comunidades, as mudanças serão monitoradas e avaliadas através de novas visitas às mesmas instituições locais (autoridades tradicionais, igrejas e mesquitas, associações, organizações baseadas na comunidade) e aos mesmos grupos focais, para averiguar possíveis alterações nas percepções dos principais problemas/desafios e nas prioridades das mudanças identificadas nos estudos originais. Este trabalho será efectuado aplicando as mesmas ferramentas (mapeamento

comunitário, análise de forças de impacto, classificação da riqueza na comunidade) usadas nos estudos originais.

Por último, as mudanças na pobreza e bem estar dos 360 agregados familiares que fizeram parte dos nossos estudos originais e dos aproximadamente 30 agregados familiares que participaram nas nossas entrevistas aprofundadas serão medidas através de novas visitas aos mesmos agregados familiares. Com um painel de dados dessa dimensão, temos uma possibilidade única de averiguar as implicações dos esforços de redução da pobreza em Moçambique num conjunto de agregados familiares individuais em três áreas distintas do país.

Lista de Literatura

- Bourdieu, Pierre (1990). *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press.
- Chiconela, Jacinto (2004). *Estimativas e Perfil da Pobreza em Moçambique. Uma Análise Baseada no Inquerito aos Agregados Familiares 2002-2003*. Maputo: Ministry of Planning and Development.
- DNPO (2004). *Poverty and Well-Being in Mozambique: The Second National Assessment*. Maputo: Ministry of Planning and Finance, National Directorate of Planning and Budget.
- Fjeldstad, Odd-Helge (2006). "Local Revenue Mobilisation in Urban Settings in Africa". In: K. Millet, D. Olowu and R. Cameron (eds.) *Local Governance and Poverty Reduction in Africa*. Dar es Salaam: Joint Africa Institute.
- Fox, L., E. Bardasi, K. van den Broeck (2005). "Poverty in Mozambique. Unraveling Changes and Determinants". *Poverty Background Paper to the Country Economic Memorandum 2005*. Washington, D.C.: World Bank.
- GdM (2001). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2001-2005 (PARPA I)*. Maputo: Governo de Moçambique, Ministério do Planeamento e Cooperação.
- GdM (2005). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2006-2009 (PARPA II)*. Maputo: Governo de Moçambique, Ministério do Planeamento e Cooperação.
- Hanlon, Joseph and Teresa Smart (2008). *Do Bicycles Equal Development in Mozambique?* Woodbridge: James Curry.
- INE (1998). *Inquerito Nacional aos Agregados Familiares sobre Condições da Vida 1996/97. Relatório Final*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2004). *Inquerito Nacional aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar 2002/03. Relatório Final*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Kanbur, Ravi and P. Schaffer (2007). "Epistemology, Normative Theory and Poverty Analysis: Implications for Q-Squared in Practise." In: *World Development* Vol. 35(2) pp.183-196.
- MISAU (2005). *Moçambique. Inquérito Demográfico e de Saúde 2003*. Maputo: Ministério de Saúde.
- Ortner, Sherry (2006). *Anthropology and Social Theory. Culture, Power and the Acting Subject*. Los Angeles: UCLA University Press.
- Paulo, Margarida, Carmeliza Rosário, et al. (2007). 'Xiculungo'. *Social Relations of Urban Poverty in Maputo, Mozambique*. CMI Report 2007:13 Bergen: Chr. Michelsen Institute.
- Rosário, Carmeliza, Inge Tvedten, et al. (2008). *Mucupuki. Social Relations of Rural-Urban Poverty in Central Mozambique*. CMI Report 2008:13. Bergen: Chr. Michelsen Institute.
- Simler, K.R., and V. Nhate (2005). *Poverty, Inequality and Geographic Targeting. Evidence from Small-Area Estimates in Mozambique*. Washington D.C.: International Food Policy Research Institute.
- Tvedten, Inge, Maragrida Paulo, et al. (2008). *Gender Policies and Feminisation of Poverty in Mozambique*. Report R:2008:13. Bergen: Chr. Michelsen Institute.
- Tvedten, Inge, Margarida Paulo, et al. (2006). 'Opitanha'. *Social Relations of Rural Poverty in Northern Mozambique*. CMI Report 2006:16. Bergen, Norway: Chr. Michelsen Institute.
- UNDP (2008). *Human Development Report 2005. Fighting Climate Change. Human Solidarity in a Divided World*. New York: United Nations Development Programme.
- UNICEF (2006). *Childhood Poverty in Mozambique. A Situation and Trends Analysis*. Maputo: UNICEF.
- World-Bank (2007). *Beating the Odds: Sustaining Inclusion in a Growing Economy. A Mozambique Poverty, Gender and Social Assessment* Washington D.C: The World Bank.

CMI

Chr. Michelsen Institute

Bergen, Norway

Tel: +47 55 57 40 00

Fax: +47 55 57 41 66

cmi@cmi.no

www.cmi.no

SUMÁRIO

Os primeiros três de uma série de seis estudos sobre a pobreza e bem estar em Nampula, cidade de Maputo e Sofala revelaram que há desenvolvimentos positivos em termos de contexto macro-económico e nos sectores sociais da educação e saúde. Todavia, a contínua escassez de emprego e rendimento nas áreas rurais e urbanas torna difícil transformar estes avanços em verdadeira redução da pobreza. Há também sinais preocupantes de processos locais de marginalização e exclusão social, no seguimento da crescente coisificação das relações sociais. Para atingir os objectivos do PARPA, terão de ser feitos esforços específicos pelo governo e doadores para chegarem até aos mais pobres.

Printed version: ISBN 978-82-8062-343-0
Electronic version: ISBN 978-82-8062-344-7

O Instituto Chr Michelsen é um centro independente de pesquisa em desenvolvimento internacional e políticas públicas com foco em países pobres. O Instituto conduz pesquisa básica e aplicada, nas áreas temáticas de direitos humanos, redução de pobreza, reforma do setor público, resolução de conflitos e manutenção de paz. Enfoque geográfico é dado a África do Norte e Sub-sahariana, Oriente Médio, Ásia Central e Sudeste Asiático, e América Latina.

A pesquisa realizada pelo CMI tem como objetivo informar e influenciar políticas públicas assim como contribuir para o debate sobre desenvolvimento internacional. O CMI trabalha com uma vasta rede de pesquisadores parceiros e em estreita cooperação com pesquisadores no Sul.